A MULHER QUE TEME O SENHOR SERÁ ELOGIADA: A ATUAÇÃO E EDUCAÇÃO FEMININA NA MANUTENÇÃO DO CAMPO RELIGIOSO EM PERNAMBUCO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Evily Lima Menezes[1]
João Victor de Oliveira Estevam[2]

RESUMO: O século XX inicia-se com transformações sociais-político-religiosas na sociedade brasileira, e consequentemente no Recife. A República laica se desprende legalmente da oficialidade da religião católica, e por isso o episcopado brasileiro buscou se organizar na manutenção do seu campo religioso através de uma Restauração Católica. Decorrente desse projeto ocorre Congressos Católicos pelo país. No Recife ocorre em 1902 propondo Ações religiosas, sociais e educacionais. A mulher católica leiga recifense é integrante deste movimento na atuação e alvo delas. No período em questão várias congregações religiosas europeias chegam com o intuito educacional, para formação de uma nova geração. Algumas das Congregações femininas, como as Irmãs da Sagrada Família, foram instrumentos para a educação das meninas aos moldes propostos no Concílio Vaticano I (1869-70), que buscou trazer o símbolo de Maria mãe de Cristo como modelo de mulher ideal. Diante isso as mulheres adultas, em específico as esposas de influentes leigos católicos começam integrar Associações beneficentes em prol da religião. A exemplificar a Pia Associação da Divina Pastora, que reunia um grupo seleto de mulheres nobres e próximas do bispo em prol da fundação do Azylo do Bom Pastor para restauração das moças perdidas.

PALAVRAS-CHAVE: Catolicismo. Educação Feminina. Benfeitoras.

INTRODUÇÃO

Na Europa, a homogeneidade do cristianismo perdurou mais de um milênio, constituindo assim uma Sociedade cristã e favorecendo à Igreja Católica em diversos países. Com isso, A igreja abriu escolas, Universidades, abrigos, influenciando assim a vida de milhões de pessoas. A Ruptura de pensamento ocorreu devido à Revolução Francesa, do século XVIII, que separou Religião e Estado, quebrando o absolutíssimo Monárquico Frances. Diversos Colégios Católicos, Congregações Religiosas, asilos

[1] Licenciada em História (2018.1) pela Universidade Católica de Pernambuco. Pesquisadora voluntária PIBIC-UNICAP. Lattes: http://lattes.cnpq.br/9135196455200312. Email: evilylimamenezes@gmail.com
[2] Licenciando em História (2018.2) pela Universidade Católica de Pernambuco. Pesquisador do PIBIC-FASA. Lattes: http://lattes.cnpq.br/0322821801737969. Email: joaoviictor65@gmail.com

pertencentes à igreja foram fechados pela França Anticlerical, que até então ocupava o lugar de "Filha predileta da Igreja".

O final do século XIX e início do Século XX no Brasil é marcado por transformações Sociais-políticas-religiosas. Com a queda da Monarquia, pelo Golpe de Estado, é proclamada a república Brasileira, destituindo assim o poder monárquico que governava o país por séculos. Entre as consequências desse ato, podemos mencionar a separação da Igreja Católica com o Estado Brasileiro, o que a fez perder os inúmeros benefícios proporcionado pelo, o agora extinto, Regime do Padroado. Este fazia aliança entre Estado e Igreja, assim como o pagamento dos salários dos clérigos, a proibição do ensino religioso nas escolas públicas.

Segundo José Junior (2015) a Igreja Católica reagiu de forma negativa à Proclamação da República, de 1889, e ao fim da Política do Padroado, pelo decreto 119-A, de 1890, que tornou o Estado Brasileiro laico, proporcionando assim a diversidade religiosa e propagação de outras religiões como o Protestantismo e Espiritismo. Assim, a homogeneidade católica que perdurou séculos no Brasil chegava ao fim. O episcopado Brasileiro reagiu fortemente através da Carta Pastoral de 1890, redigida por D. Antônio Macedo, líder da Igreja no País, sendo uma figura firme e respeitada. Um defensor da Romanização, da Doutrina. Contudo, D. Macedo foi um grande reformador da estrutura da igreja, sendo favorável à reforma do Clero, da abertura de seminários para formação sacerdotal. Segundo D. Antônio a Igreja era fundamental para desenvolvimento da Sociedade.

O Historiador Dr. Milton Costa (2016) aborda:

> A igreja na sua concepção constituiria um corpo social marcado pela perfeição e cujos fins seriam alcançados através de um triplo poder: "legislativo", "judiciário", "penal", poder proveniente de Cristo, exercido autocraticamente pelo Papa, secundado pelos bispos (COSTA, 2016, p. 13).

Pode-se então perceber como o Clero pensava a respeito da sociedade e a participação da Igreja na vida do Estado, considerando a igreja como um poder divino,

que tem autoridade sobre o Estado e suas manifestações políticas. Os bispos dessa forma agem como ministros de Cristo sobre o Estado e a vida na sociedade, dessa forma o Clero não poupou críticas ao Estado, devido à liberdade concedida do casamento civil, divorcio, liberdade de crença e a secularização dos cemitérios, sob responsabilidade do Estado. Segundo José Junior (2015) a Carta Pastoral de 1890 tratou a separação de Igreja e Estado como um evento que traria a crise social-religiosa, pois todo progresso social deveria ser baseado na religião, particular na católica.

O episcopado considerava que a Igreja deveria gozar de benefícios ligados ao Estado, pelo fato da maioria da população ser católica, por isso mesmo com a separação ocorrida a Igreja buscava colaborar com o Estado. O Historiador Dr. Maurício de Aquino (2012) afirma:

> Os bispos ofereceram apoio ao mesmo tempo em que intimidaram o governo republicano brasileiro com ameaças apocalípticas de desordem social e guerras que poderiam resultar do cerceamento e da perseguição à ICAR. Repudiaram o lema liberal "Igreja livre em Estado livre" ao solicitarem a união – enquanto sociedades distintas – da ICAR e do Estado por considerarem o catolicismo a única e verdadeira religião, e, sobretudo, pela condição de ser a fé da maioria do povo brasileiro (AQUINO, 2012, p 149).

Diante das mudanças significativas da Sociedade Brasileira, com a Proclamação da República, laicidade do Estado, a Igreja avançou na organização de seus espaços para "recristianizar" a sociedade, buscando defender seus próprios interesses sem a proteção do Estado, na criação de dioceses, abertura de seminários, conventos e na vinda de diversas Congregações religiosas, sobretudo das femininas. Sendo assim com a extinção da política do padroado a igreja saiu da conjuntura do Estado, para sua organização interna, com os padres mais próximos ao povo, bispos mais preocupados com as questões sociais.

AS CONGREGAÇÕES FEMININAS

No início do século XX, a Igreja Católica continuará sua organização, desta vez por meio de criação de diversos movimentos leigos, associações, confrarias, ordens terceiras de Congregações Religiosas, sobretudo de associações para as mulheres que visavam propagarem a doutrina católica no ambiente familiar. Muitas associações surgem no século XX com a tentativa de trazer uma "igreja doméstica". Destacamos a associação da Pia União das Filhas de Maria, que congregava mulheres leigas, com um forte padrão moral sobre suas membras, que usavam vestes brancas e o uso da fita azul e o véu branco nas cerimônias religiosas, destacando sua vida piedosa. Segundo a Doutora em História Ana Paula Martins (2016) o pertencimento à Pia União representava para as jovens uma distinção moral, pela submissão em cumprimento do regulamento e pela forte prática moral que se esperava de uma moça cristã. Ser Filha de Maria estava condicionado à elite da sociedade e se tornar um modelo a ser seguido, pelas virtudes cristãs. As mulheres deveriam seguir o modelo da mãe de Jesus, humilde, casta e obediente, se tornando protagonistas do modelo que a Igreja Católica estava projetando para sociedade, baseado em princípios conservadores. A virgem Maria, portando era o modelo ideal para todas as mulheres:

> O associativismo católico feminino representou, portanto, a reabilitação das mulheres frente ao clero num contexto de valorização de uma feminilidade definida pela maternidade, obediência, recato, modéstia e humildade. Reabilitadas pelo modelo maternal da Virgem Maria, as mulheres logo se tornaram peças-chave no projeto ultramontano e reformador da Igreja no Brasil (MARTINS, 2016, p 195).

As mulheres da elite ganhavam notoriedade por seu pertencimento a grupos religiosos com padrões morais, isso podia ser considerado uma conquista e uma separação de destaque para com as outras mulheres. Ainda segundo Martins o papel dos leigos foi fundamental para o projeto reformador da Igreja Católica. Não se pode pensar nas reformas para um catolicismo romanizado que avança além das celebrações religiosas, mas, para toda uma conduta de vida ideal. Portando os fiéis católicos deveriam ter uma vida pautada na doutrina e vida sacramental da igreja, participando das missas, terços, novenas e grupos que incentivasse uma catolicidade no dia a dia.

Para que a Restauração de uma sociedade católica pudesse acontecer, a Igreja do Brasil investiu na aérea da Educação, com vindas de muitas Congregações estrangeiras ao Brasil, com o incentivo de Missões ad gentes por parte do Vaticano, devido ao fechamento em massa de muitas Congregações e colégios na Europa, especialmente na França, pelas leis anticlericais. Com isso, Segundo a professora Paula Leonardi (2009) o século XX muda o cenário da vinda de Congregações estrangeiras para o Brasil, pois 34 Congregações femininas chegaram ao Brasil entre 1902 e 1902, e muitas destas se ocupam da missão educacional, sendo assim são abertos diversos colégios católicos no Brasil, justamente para formação de uma nova sociedade cristã, que defenda a igreja para sociedade civil.

No período analisado ocorreram Congressos Católicos, eventos cruciais para formação e propagação da fé Católica na sociedade. Em Salvador aconteceu o primeiro Congresso Católico Nacional, em 1900 que buscou fortalecer a Igreja em todo país, através da criação de confrarias, irmandades, projetos sociais liderados por leigos, como Carlos Alberto de Menezes. Nesse momento, a Igreja buscou abrir asilos, creches, associações para os mais pobres. Em Pernambuco, local onde focaremos analisar no presente artigo, o Congresso Católico de 1902 foi amplamente divulgado pela imprensa cobrindo o evento. Ele teve o objetivo de reascender a fé dos Pernambucanos e propagar a fé Católica e ser contrária à Fé protestante e Espírita que atuavam em Pernambuco.

A EDUCAÇÃO CATÓLICA NO RECIFE, NO INÍCIO DO SÉCULO XX

O episcopado brasileiro estava preocupado com a educação, quando foi proibida a educação religiosa nas escolas públicas em 1906. A Carta Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro concentrou seus esforços para condução da restauração católica, por meio da Educação Católica, que vislumbrava a formação de uma sociedade nova, sendo assim foi incentivada a abertura de colégios católicos em todo o país, sob responsabilidade das Congregações Religiosa.

No Recife, capital Pernambucana, o campo religioso, no início do século XX, era distribuído entre dezenas de Congregações femininas e masculinas, havendo colégios exclusivos para meninos e meninas, sendo dividido pelo sexo. O colégio São

José, localizado no Bairro da Boa Vista, no centro do Recife, foi fundado pelas Irmãs Doroteias, em 1871, iniciando suas atividades educacionais, de uso exclusivo para as meninas, sob responsabilidade de religiosas. O Colégio Sagrado Coração, localizado no Bairro da Boa Vista, fundado pela Congregação dos Padres Salesianos, a princípio a educação foi exclusiva para meninos. O Colégio Damas, fundado em 1895, pela Congregação das Religiosas da Instrução Cristã, teve como objetivo a educação feminina na capital recifense. O Colégio da Sagrada Família, localizado no Bairro de Casa Forte, foi fundado em 1905, pela Congregação das Religiosas da Sagrada Família. Segundo as nossas pesquisas nos periódicos da época, do Jornal *A Província*, em 1910 no Colégio São José existia um grupo da Pia União das Filhas de Maria que se reuniam uma vez ao mês para a leitura do manual e suas práticas cristãs, tendo como modelo a Virgem Maria. Os colégios atuavam fortemente na observância da doutrina da igreja. Podemos destacar nesse papel educacional as religiosas da Sagrada Família. Elas começaram suas práticas educativas em 1903 dentro da Fábrica de Tecidos, em Camaragibe, sob responsabilidade do empresário Carlos Alberto de Menezes[3].

As religiosas da Sagrada Família atuavam na educação feminina, promovendo aulas de canto, português, matemática e ensino religioso para os filhos dos operários da Fábrica e posteriormente essa Congregação fundou colégio em Goiânia, Recife e João Pessoa, na Paraíba. Muitas Congregações Religiosas atuavam no ramo da educação, baseada nos ensinamentos cristãos e doutrina da Igreja Católica. Podemos destacar o legado educacional da Igreja Católica como uma resposta direta da igreja, através da Carta Pastoral Coletiva, que buscava a restauração do catolicismo através da educação. Em resposta isso, dezenas de Colégios foram abertos por Congregações religiosas femininas e masculinas.

A MULHER CATÓLICA COMO ATUANTE

[3] Um vicentino que mobilizou centenas de Congregações para o estado de Pernambuco. Responsável pela Ação de Obras Socias e delegado diocesano da Obra dos Congressos no estado.

Como já dito, o período citado traz o movimento do perfil identitário da mulher filha de Maria, a Pia seguidora e obediente das autoridades (masculinas) católicas. Ioneide Souza (2010) explica: "A ênfase nas mulheres leigas ocorria em função do catolicismo romanizado necessitar de pessoas que se empenhassem em levar a Igreja católica ao encontro do mundo, pessoas que em seu ser cristão, conservassem as determinações de sua inserção no mundo" (SOUZA, 2010, p.2). Ralph Gibson (1993)[4] e outros historiadores nomeiam esse período de ação feminina leiga em aproximação do clero como "feminilização do catolicismo". De acordo com a visão do pensamento de Gibson de Ana Paula Martins (2016) uma das razões para essa aproximação seria "a crença de que Maria seria o caminho de uma fé sentimental para alcançar o Filho" (MARTINS, 2016, p. 189). De acordo com ela esta aproximação, iniciado no século XIX, era intercalada de submissão, obediência e colaboração. A colaboração se detinha em:

> Apoiar os padres no seu esforço apostólico reformador e restaurador, bem como no trabalho paroquial, organizando as atividades coletivas como procissões, limpando e arrumando as igrejas, arrecadando recursos para as atividades caritativas das paróquias, mas também participando das atividades devocionais em suas associações religiosas, contribuindo desta forma para a expansão da fé católica e o trabalho de propaganda da doutrina e da moral católicas entre os paroquianos, especialmente os mais recalcitrantes. (p. 189).

A participação dessas mulheres leigas mostrava um grupo social em específico, mulheres católicas nobres. Martins, novamente trazendo a visão de Gibson, entendia essa realidade por ser a igreja e suas Ações um *locus* de protagonismo, visibilidade, prestígio social e reconhecimento, "algo que somente por meio das relações sociais e familiares não seria alcançado, tendo em vista a supremacia masculina no terreno social e político. A religião seria, portanto, uma nova esfera de atuação para as mulheres de elite, mesmo que subordinadas ao clero" (MARTINS, 2016, p. 189).

[4] GIBSON, Ralph. Le catholicisme et les femmes en France au XIXe siècle. **Revue d'Histoire de l'Eglise de France**, Tome 79, N. 202, p. 63-93, 1993. http://www.persee.fr/doc/rhef_0300-9505_1993_num_79_202_1095

O já citado Congresso Católico Pernambucano de junho de 1902, de certa forma, oficializou as Ações Católicas que já existiam no estado e criou novas. Mulheres, mais especificamente esposas, e em alguns casos filhas, de Leigos Católicos nobres influentes, já atuavam e aumentaram a atuação após o Congresso. Vemos presença nas: Obras do Tabernáculo, Apostolado da oração, Movimentação para arrecadar fundos para as congregações religiosas e seus colégios, Confraria das Mães Cristãs, Acionista da Sociedade corporativa em Camaragibe, Associação da Pia União das Filhas de Maria, Juízas por devoção, Liga Contra o Protestantismo, Pia Associação da Divina Pastora entre outros.

A ação feminina era vista principalmente na realização de eventos de arrecadação para o sustento das associações. Como os eventos anunciados no dia 21 de novembro no Diário de Pernambuco feito por uma "comissão de gentis senhoras" do concerto vocal e instrumental em favor do Colégio Salesiano que ocorreria no 27 de novembro às 20h no prédio do colégio. Ou no dia 30 de setembro de 1903 uma *Kermesse* organizada em benefício dos órfãos do colégio Salesiano, promovida por Ângela Simões Barbosa e "auxiliada por um grupo de distinctas senhoras da nossa melhor sociedade". Ou então lista de doações para construção ou reforma dos templos como da Capela da Madalena, Capela de Nossa Senhora da Piedade, Capela de Nossa Senhora da Conceição da Iputinga entre outras. Eram nomeadas como benfeitoras e mulheres caridosas, tal movimento é interessante e refletia algo maior: A virtude feminina. De acordo com Ana Paula Martins (2013) as mulheres Europeias no século XVIII utilizaram a bondade com uma forma de "empoderamento" pois "não colocava em risco sua respeitabilidade nem ameaçava a existência das fronteiras entre os sexos" (MARTINS, 2013, p.18). A bondade então seria a porta de entrada para a participação ativa de mulheres nobres na sociedade, não somente nas ações religiosas, mas em questões gerais. Isso podemos notar isso na participação como acionistas da Sociedade corporativa em Camaragibe e como membros da comissão da Liga Contra a Tuberculose.

Alguns nomes recorrentes nas ações religiosas e questões sociais são o de Joana Mendes Gonçalves (Esposa do Médico Malaquias Gonçalves), Julia Moscoso Bandeira

(Esposa do Dr. Benjamim Bandeira), Maria Lacerda de Menezes (Esposa do Dr. Carlos Alberto de Menezes, responsável pela Ação Católica da "Federação Operária Christã"), Helena Lacerda Machado (Esposa do influente comerciante Antônio Muniz Machado, e cunhado do Dr. Carlos Alberto de Menezes), Anna Dolores Carneiro Campello (Esposa do Dr. Manoel Netto Campello, responsável pela Ação Católica de "Instrucção secundária christã"), Maria Alice Meira (Esposa do Dr. Albino Meira, responsável pela Ação Católica de "Educação, Instrucção e Impressa"), Anna Carlota Barros Barreto (Filha do Dr. Manoel de Barros Barreto) entre tantas outras mulheres.



Anexo I: Julia Moscoso Bandeira. Fonte: FUNDAJ



Anexo II: Joana Mendes Gonçalves. Fonte: FUNDAJ

PIA ASSOCIAÇÃO DA DIVINA PASTORA

Entre as associações as quais essas mulheres participavam destacaremos a Pia Associação da Divina Pastora. Ela foi fundada em 23 de janeiro de 1903 era "Composta de senhoras e propõe-se a < concorrer para a grande obra da regeneração das mulheres que tiveram a desgraça de desviar-se do caminho da virtude christã >, segundo resam seus estatutos."[5]. A edição do Jornal de Recife de 16 de junho de 1913 informa "A nobre instituição foi fundada em 1903, tendo sido começados os trabalhos em 1908"[6]. O presidente era o Monsenhor José de Oliveira Lopes e a diretoria era composta por: A

[5] Sem autor. 4ª e 5ª coluna. A Província. Recife, n.17, 22/01/1903, ano XXVI, p.1.
[6] Sem autor. Casa do Bom Pastor. Jornal de Recife. Recife, n. 162, 16/06/1913, ano LVI, p.1.

Diretora Anna Dolores Carneiro Campello (Falece no mesmo ano da criação da associação), a Diretora Helena Lacerda Machado (substituta de Anna Dolores), a vice-presidente Ângela Simões Barbosa, a secretária Anna Carlota Barros Barreto, a tesoureira Maria Alice Meira e a Procuradora Maria Lacerda de Menezes.



Anna Dolores Carneiro Campello, primeira diretora. Fonte: FUNDAJ



Maria Alice Meira, a tesoureira. Fonte: FUNDAJ

O seu regulamento era composto por vinte sete artigos, destacaremos alguns:

> Regulamento da Pia da Associação da Divina Pastora
> Art. 1º - Sob a denominação de Pia na diocese de Olinda uma sociedade
> composta de mães de famílias e moças honestas que quiserem concorrer para a grande obra de regeneração das mulheres que tiverem a desgraça de desviar-se do caminho da virtude christã.
> Art. 2º- Para este fim tratarão de auxiliar o bispo diocesano na acquisição de meios para ser construída uma casa do Bom Pastor, onde essas nossas infelizes filhas, guiadas pelas piedosas religiosas deste Instituto em regimen de piedade e trabalho recobrem a santidade perdida e possam ser restituídas á sociedade, capazes de sustentar-se sem perigo para sua salvação.
> Art. 5º - As sociais serão effectivas, residentes nesta diocese; honorarias, residentes fora, bemfeitoras as que concorrerem com uma joía de 1:000$000; e beneméritas as que além de contribuírem com quantia elevadaa tenham prestado relevates serviços à Pia Associação.
> Art. 6º - Os homens poderão ser sócios bemfeitores ou beneméritos, mas não tomarão parte no Concelho, salvo se for julgado conveniente, tesoureiro e procurador adjuntos, não tendo porém voto e só podendo

> ser os paes ou maridos das sociais que accuparems os respectivos cargos.
> Art. 10º - A primeira diretoria será de nomeação do bispo diocesano, e servirá por quatro anos, findos os quais ou em caso de vagar se procederá a eleição entre os membro do concelho, que poderão reeleger as que já serviam ou substitui-las por outras socias de sem seio ou mesmo d'entre as socias efetivas
> Art. 20º - Sendo o fim da Pia Associação a criação de uma Casa do Bom Pastor, seu primeiro cuidado consistirá em entender a ação de seu zelo pelo maior número possível de pessoas, recrutando associadas entre as pessoas honestas, procurando sociais contribuintes e protetoras não só para a realização de seu fim como também para a manutenção da Obra.
> Art. 21º - Logo que seja obtido o fundo onde deve ser levantada a Casa e Capela. O Bispo procurará obter a coroação que se há de encarregar da opção
> Art. 22º - Serão recolhidas mulheres que arrependidas dos seus erros queirão reabilitarse, seguindo as regras do Bom Pastor.
> Art. 23º - O numero das recolhidas dependerá da capacidade da casa, e metas de subsistência
> Art. 24º - A sustentação deste Instituto fica inteiramente entregue á Caridade nunca desmentida dos Pernambucanos promovida pelas associadas ou espontaneamente manifestdas
> Art. 25º - Concluidas as obras, se houver sobre de receita, será empregada ou em aumentar a capacidade da casa ou em formar um patrimônio para segurar o futuro do Instituto
> Srt. 26º - Se por qualquer causa deixar de existir o Instituto, seu patrimônio será aplicado em alguma obra pua escolhida pelo Concelho e aprovada pelo Ordinario Diocesano
> Art. 27º - Todos os dias as recolhidas farão uma oração por seus bemfeitores.
> Que a Divina Pastora tome como sua esta Obra e alcance de Seu divino como sua roas as bençãos para aquelles que compreendendo o seu valor, concorrem com sua trabalho e recursos para mante-la[7]

A Casa proposta no regulamento seria o *Asilo do Bom Pastor* que hoje é o Presídio Feminino na rua do Bom Pastor no Recife. Inicialmente o intuito era humanitário e caridoso em combate à prostituição afim de regenerar as mulheres degeneradas. As pias da Divina Pastora seriam suas mantenedoras, mas não podiam recrutar mulheres para serem internadas, só iriam aquelas desejosas por ajuda. Apesar de ser anunciada sua criação desde 1903 demoraria anos para a realização. Cristina

[7] Sem autor. Regulamento. A Província. Recife, n. 17, 22/01/1903, ano XXVI, p.1.

Santos (2009) relata que apenas em 05 de novembro de 1945 "foi inaugurado o prédio situado à Rua do Bom Pastor no Engenho do Meio. Na ocasião, foram transferidas para as novas instalações 120 internas e 20 presidiárias, com o acompanhamento de 20 religiosas" (SANTTOS, 2009, p.31). Para chegar ao Engenho do Meio houve uma longa jornada.

As irmãs da Divina Pastora começaram a arrecadar dinheiro para o asilo desde 1904. No dia 08 de junho de 1904 tinham $ 10.953.00, e em 11 de agosto do mesmo ano acumulavam $13.782.000[8]. Em 20 de janeiro elas tinham um montante de doações de 18 contos, ou seja $ 18.000.000. Em 1906 elas compram "prédio e terreno" no Espinheiro com o fim de construir o Asilo. A "pedra fundamental" só seria lançada em 15 de junho de 1913, como o diz *Almanach de Pernambuco* sobre o ano de 1913*:*

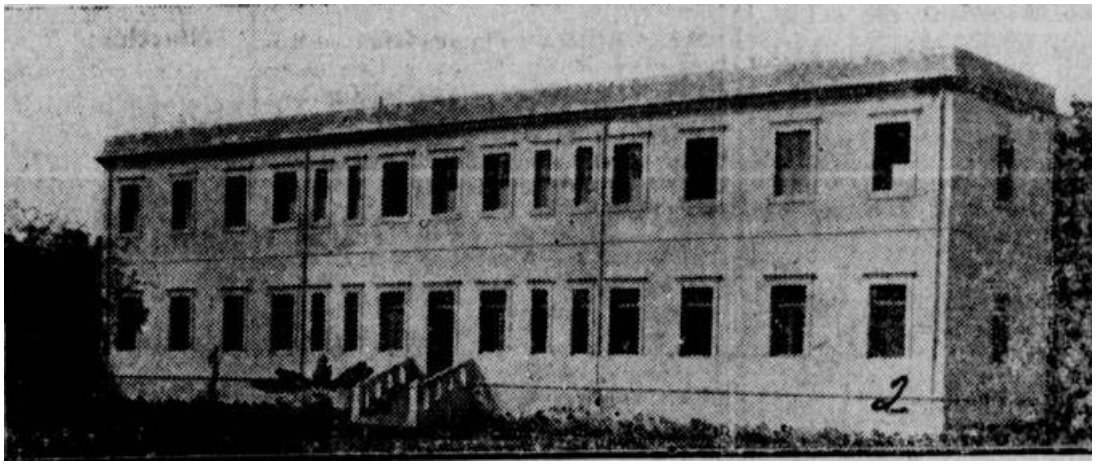
> Foi solennemente collocada a pedra fundamental de *Asilo do Bom Pastor*, destinado a recolher as mulheres transviadas. A pedra que continha a seguinte inscrição: *Divini pastoris oedes matre divina pastoris pix associations cura codita M C M III Initium habet,* foi conduzida pelo Dr. Souto Filho, represente do Governador pelo Dr. Correia de Brito, presidente do Circulo Catholico e pelas Sras. DD. Helena Machado e Anna Carlota Barreto que leu a acta da solenidade. Por occasião do assentamento da pedra, falou o arcebispo D. Luiz. (ALMANACH DE PERNAMBUCO, 1919, p.33).

O lançamento da pedra fundamental foi anunciado também no *Jornal de Recife*. A "Casa do Bom Pastor" foi inaugurada as 6 horas da tarde ao som da banda do Colégio Salesiano. As mulheres recolhidas iriam se ocupar lavando roupas, costurando, bordando, gomando roupas entre outras atividades. O intuito era dar uma renda para essas mulheres. Meninas órfãs também seriam aceitas. Contudo, uma reportagem do *Jornal de Recife* de 1924 mostra a instalação da Casa do Bom pastor, agora na rua da Benfica na Madalena[9]. Sobre a tentativa de 1913 é relatado "D. Luiz angariou donativos, comprou o terreno e planejou o edifício que infelizmente não saiu dos

[8] Nós não temos um valor exato para conversão na nossa moeda atual, mas para um melhor entendimento podemos comparar com o valor da assinatura de seis meses um jornal comum como *A Província: orgão do partido liberal* era de $12.000 reis

[9] Vale ressaltar que estamos usando os parâmetros geográficos da época.

alicerces."[10]. Essa "segunda fundação" nos parece teve tido sucesso, já que o *Jornal Pequeno* de 18 de maio de 1940 trazia uma reportagem especial aos 16 anos do Azylo.



Prédio do Asilo do Bom Pastor, na rua da Benfica, Madalena. Jornal Pequeno 18/05/1942

Algo bastante interessante é os agradecimentos feitos as influentes pessoas que fizeram o asilo ser fundado. Não vemos nenhum nome feminino, mas apenas enaltecimentos a benfeitores ou clérigos, o nome de alguma integrante da Associação da Divina Pastora não é citado na fundação de 1924 nem no aniversário de 16 anos, em 1940. A transferência pra o Engenho do meio só ocorreria em 1945[11]. Na década de 90 as irmãs da Congregação do Bom Pastor "começaram a sentir dificuldades de continuar realizando a missão de reeducar as 90 presidiárias que cumpriam pena na unidade prisional em face de realizarem um trabalho de Pastoral Carcerária e não de "carcereiras"." (SANTOS, 2009, p.31). Já que sua missão era religiosa e caridosa e não punitiva.

A associação da Divina Pastora era muito próxima do Dom Luiz Raymundo, bispo de Olinda, faziam suas reuniões mensais frequentemente no Palácio Episcopal. Dom Luiz também fazia muita propaganda do trabalho delas e diz ser um grande feito de seu ministério. Ele falece sem ver a obra realizada do azilo.

[10] Sem autor. Azylo do Bom Pastor. Jornal de Recife. Recife, n. 115, 20/05/1924, ano LXVII, p. 4.
[11] A pesquisa, até o momento, não conseguiu detectar o motivo pelo o Asilo não ter sido construído no Espinheiro, nem o motivo da saída em 1945 da Madalena para o bairro do Engenho do Meio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A figura feminina, seja como a estudante ou a benfeitora, mostra os parâmetros católicos do período. Nossa pesquisa possuiu bastantes limitações por ter sido realizada em momento pandêmico, nos limitando as fontes dos periódicos da Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Há uma necessidade de responder perguntas deixadas ao decorrer da pesquisa, esperamos que outros pesquisadores da área possam se interessar e que ao findar deste período possamos ir atrás de respostas, e logicamente achar novas perguntas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Walter; RIBEIRO, Emanuela. Romanização e Modernidade: As filhas de Maria e a normatização da sociedade recifense (1890-1922). **Revista Brasileira de História das Religiões** – Ano I, n. 3, p. 327-347 - ISSN 1983-2859 Dossiê Tolerância e Intolerância nas manifestações religiosas. Jan. 2009.

AQUINO, Maurício. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). **Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 32, nº 63, p.** 143-170 – 2012, Dez, 2020.

JÚNIOR, José. O processo de restauração católica no Brasil na primeira república**.** v. 7 n. 14 **: CULTURA, POLÍTICA E PODER**, p.80- 101 2015, dez, 2020.

LEONARDI, Paula. Igreja católica e educação feminina: uma outra perspectiva. **Revista HISTEDBR On-line,** Campinas, n.34**,** p.180-198, jun.2009.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Disciplina e Piedade: o movimento feminino católico Brasileiro no começo do século XX. **Revista Brasileira de História das Religiões.** ANPUH, Ano IX, n. 26, Setembro/Dezembro de 2016**,** 185-20, Dez, 2020.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Bondade, substantivo feminino: esboço para uma história da benevolência e da feminilização da bondade. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 59, p. 143-170, jul./dez. 2013. Editora UFPR.

REICH, Evânia. A distinção das classes sociais segundo o conceito de capital cultural em Bourdieu, e a teoria de Lazer de Thorteim Veblen. **Saberes**, Natal, v.1, p. 81-105, 2017.

SOUZA, Ioneide Maria. Construindo identidades: a Pia União das Filhas de Maria e o catolicismo romanizado. **Anal do XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO Memória e Patrimônio**, Rio de Janeiro, p. 1-13, 2010, ISBN 978-85-60979-08-0.

Jornais:
Diário de Pernambuco
Pequeno Jornal
Jornal de Recife
Almanach de Pernambuco
A Província: órgão do partido liberal